

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 353.915 - RJ (2013/0178311-1)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : TCG TÉCNICA CONTROLES E GERÊNCIA S/A E OUTRO
ADVOGADO : RENAN RIBEIRO PEREIRA E OUTRO(S) - RJ107516
AGRAVADO : URSULA CRISCIULLA SOARES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c" da Constituição Federal, interposto por TCG TÉCNICA CONTROLES E GERÊNCIA S/A E OUTRO contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

"CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. NOTIFICAÇÃO JUDICIAL PROMESSA DE COMPRA E VENDA. INADIMPLÊNCIA. INTUITO DE RESILIÇÃO, PERDA DE QUANTIAS PAGAS, REINTEGRAÇÃO NA POSSE E EXCLUSÃO DO DIREITO A BENFEITORIAS.

PROCEDIMENTO QUE SE CONVERTE EM AÇÃO ORDINÁRIA, RECEBENDO CONTESTAÇÃO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL QUE DECLARAR A RESCISÃO, COM PERDIMENTO DE 80% DAS QUANTIAS PAGAS, DECLARANDO O DIREITO DE RETENÇÃO DE BENFEITORIAS PELA RÉ, DETERMINANDO A REINTEGRAÇÃO POSSESSÓRIA, ALÉM DE CONDENAR A RÉ AO PAGAMENTO DE TAXA DE OCUPAÇÃO. APELAÇÃO DA RÉ.

RECURSO ADESIVO DA AUTORA. NÃO FOI OBJETO DO PEDIDO A CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DA TAXA DE OCUPAÇÃO, MESMO EM INTERPRETAÇÃO LÓGICO-SISTEMÁTICA. A PRETENSÃO CHEGOU A SER MENCIONADA, MAS APENAS DEPOIS DE ESTABILIZADA A DEMANDA. DIREITO DISPONÍVEL, QUE NÃO DECORRE APENAS DO DESFAZIMENTO DO NEGÓCIO, MAS DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO. COMO NÃO HOUVE PEDIDO NESSE SENTIDO, NÃO HOUVE DEFESA, NEM PROVA, DANDO-SE A VIOLAÇÃO, NESSE TEMA, DOS ARTS. 128 E 460, CPC. NULIDADE PARCIAL DO JULGADO. AUSÊNCIA DE ESTIPULAÇÃO ACERCA DA RETENÇÃO DE PARTE DO PREÇO.

VEDAÇÃO LEGAL À PERDA DA TOTALIDADE DAS QUANTIAS PAGAS. ART. 53, CDC. ESTABELECIMENTO DE PERCENTUAL POR CRITÉRIO DE EQUIDADE, TENDO EM

VISTA A PRESUMÍVEL REALIZAÇÃO DE DESPESAS E ASSUNÇÃO DE CUSTOS PELA PROMITENTE VENDEDORA E A FRUSTRAÇÃO DO NEGÓCIO POR INADIMPLÊNCIA CONFESSA. PERDA DO SINAL ART. 418, CC.

NULIDADE DA CLÁUSULA QUE EXCWI O DIREITO À RETENÇÃO DE BENFEITORIAS, POR AFRONTA DIRETA AO ART. 51, XVI, CDC. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUEE AS BENFEITORIAS FORAM ERIGIDAS APÓS A CONSTITUIÇÃO DA RÉ EM MORA.

PRECEDENTES DO URI. DECRETAÇÃO DE OFÍCIO DA NULIDADE PARCIAL DA SENTENÇA. PROVIMENTO PARCIAL DO APELO DA RÉ PARA, RECONHECENDO O DIREITO DA AUTORA À RETENÇÃO INTEGRAL DA ENTRADA PAGA PELA RÉ, REDUZIR O PERCENTUAL DE RETENÇÃO A 20% DAS DEMAIS QUANTIAS PAGAS. APELO ADESIVO PREJUDICADO NO QUE TOCA À FIXAÇÃO DE TERMO INICIAL PARA A TAXA DE OCUPAÇÃO, E DESPROVIDO NA PARTE EM QUE PLEITEAVA A EXCLUSÃO DO DIREITO À RETENÇÃO DAS BENFEITORIAS." (e-STJ, fl. 174)

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 459/465).

Nas razões do recurso especial, a ora agravante alega violação dos artigos 884, 885 e 886 do Código Civil; 128, 282, 333 e 460 do Código de Processo Civil, bem como divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese, a) negativa de prestação jurisdicional; b) deve-se *"restabelecer a condenação da recorrida no pagamento da taxa de ocupação a partir da data de sua imissão na posse do imóvel, ou então, na pior das hipóteses, a partir da data da notificação judicial (17/03/2006), tal como foi lançado na sentença monocrática, pois, caso contrário, estar-se-ia dando azo ao enriquecimento sem causa da recorrida, beneficiando-a com a isenção do pagamento do valor correspondente a um aluguel do imóvel pelo período de mais de 07 (sete) anos"* (e-STJ, fl. 229); c) *"ao decretar, de ofício a nulidade de parte da sentença monocrática, no ponto que condenou a recorrida no pagamento da taxa de ocupação do imóvel, a Colenda 3ª Câmara Cível promoveu o julgamento fora do pedido"* (e-STJ, fl. 230); e d) *"estando devidamente comprovado nos autos através da comparação entre as citadas fotografias, que a promitente compradora continuou a edificar no imóvel após ter sido notificada judicialmente, deverá ser excluído o seu direito à retenção e indenização por benfeitorias, sob pena de flagrante negativa de vigência ao art. 333, inciso I, do CPC"*

(e-STJ, fl. 231).

Contrarrazões apresentadas às fls. 309/313, e-STJ.

Sobreveio o juízo de admissibilidade do Tribunal de origem, que inadmitiu o recurso especial, o que ensejou a interposição do presente recurso.

É o relatório. Decido.

Cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"*.

Inicialmente, não prospera a alegada ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil/73, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. Ademais, o mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional.

Sobre o tema:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME PELO STJ. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC/1973 NÃO VERIFICADA. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DO REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Inviável a análise de ofensa aos dispositivos constitucionais, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada à Corte Suprema.

2. Não ficou configurada a violação dos arts. 165, 458 e 535 do CPC/1973, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional.

3. Tendo o acórdão recorrido decidido em consonância com a

jurisprudência desta Casa, incide, na hipótese, o enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, que abrange os recursos especiais interpostos com amparo nas alíneas a e/ou c do permissivo constitucional. Precedentes.

4. A revisão das conclusões estaduais demandaria, necessariamente, o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada no âmbito do recurso especial, ante o óbice disposto na Súmula 7/STJ.

5. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.

6. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 139753/RS, Rel. **Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, DJe 22/03/2019, grifou-se)

O Tribunal de origem consignou que o arbitramento de taxa de ocupação não foi pleiteado pela ora recorrente, razão pela qual, de ofício, declarou a a invalidade da sentença no que toca à condenação da recorrida ao pagamento da referida taxa. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes excertos do v. acórdão vergastado:

"Cumpre examinar, primeiramente, ainda que não suscitada diretamente pela parte, a invalidade da sentença no que toca à sua condenação ao pagamento de taxa de ocupação. Trata-se de matéria de ordem pública, que dispensa rigorosa suscitação como preliminar.

Com efeito, constata-se que o presente feito se iniciou como simples procedimento de notificação, e por isso não há nos autos uma petição inicial que atenda de maneira clara ao disposto no inciso IV do Art. 282, CPC. Ultrapassada a fase de notificação e contestada a lide, entretanto, impõe-se uma interpretação sistemática do que buscou a Autora ao intentar o feito.

*Vê-se de fls. 09 o intuito de caracterizar a mora, pela notificação, a fim de resilir o contrato, caso em que perderia a Ré o sinal e as prestações, sem direito a retenção de benfeitorias. Mesmo considerando a diferença de escopo do procedimento de notificação em relação a uma ação ordinária, o que se pode inferir do pedido, sistematicamente, é a pretensão de rescisão, de condenação da Ré à perda das quantias pagas, de declaração de inexistência do direito à retenção e, como consequência do retorno ao status quo ante, de reintegração possessória. **O arbitramento de taxa de ocupação não foi pleiteado, nem pode ser inferido por uma interpretação lógico-sistemática do pedido, já que não decorre apenas do desfazimento do contrato, mas das circunstâncias do caso, ademais de carecer de uma estimativa concreta e justificada.** De outro turno, tal indenização é direito disponível, em relação ao qual, em vista do princípio da ação,*

cabia à Autora manejar a devida pretensão.

A r. sentença, nada obstante, acolheu a pretensão que foi formulada depois de estabilizada a demanda, e, condenando a Ré, remeteu a apuração do quantum à fase de liquidação. De se ressaltar que não houve defesa da Ré a esse respeito, nem prova, pois, como se vê da cota de fls. 57 e da petição do Sr. Perito de fls. 98/99, a Autora não incluiu no objeto da perícia a fixação da aludida verba.

Não há como subsistir a sentença nesse capítulo, portanto, uma vez que a condenação da Ré ao pagamento de taxa de ocupação consiste em inequívoca violação dos arts. 128 e 460, CPC. (...) A invalidade da sentença nessa parte, portanto, há de ser reconhecida, ficando prejudicado o recurso adesivo da Autora nesse tema. (e-STJ, fls. 177/179)

Nesse sentido, é oportuno conferir alguns julgados proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. DEVIDO ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES RECURSAIS. JULGAMENTO EXTRA PETITA PELA SENTENÇA. EXISTÊNCIA. VÍCIO COGNOSCÍVEL DE OFÍCIO. EFEITO TRANSLATIVO DA APELAÇÃO. APLICAÇÃO DO § 3º DO ART. 515 DO CPC EM CASO DE SENTENÇA DE MÉRITO. POSSIBILIDADE. SÚMULA 83/STJ. REDUÇÃO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA. AUSÊNCIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. ARTS. 186 DO CC E 359 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS DE LEI INVOCADOS. SÚMULA 211/STJ. DECISÃO QUE SE FIRMA EM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE. VIOLAÇÃO DO ART. 557 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. PRESERVAÇÃO POR OCASIÃO DO JULGAMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL.

1. A configuração de jurisprudência dominante constante do art. 557 do CPC prescinde de que todos os órgãos competentes em um mesmo Tribunal tenham proferido decisão a respeito do tema. Isso porque essa norma é inspirada nos princípios da economia processual e da razoável duração do processo e tem por finalidade a celeridade na solução dos litígios. Assim, se o relator conhece orientação de seu órgão colegiado, desnecessário submeter-lhe, sempre e reiteradamente, a mesma controvérsia.

2. A eventual nulidade da decisão monocrática calcada no art. 557 do CPC fica superada com a reapreciação do recurso pelo órgão colegiado, na via de agravo regimental.

3. *Inexiste violação do art. 535 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida.*

4. *"De acordo com o previsto nos arts. 128 e 460 do CPC, deve o decisório guardar congruência com o pedido consignado na petição inicial, sob pena de ocorrer julgamento extra petita" (AgRg no REsp 1.463.385/RN, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 6/10/2015, DJe 22/10/2015.).*

5. *Com razão a Corte de origem ao concluir que, enquanto a inicial teve como única causa de pedir a violação das regras do devido processo administrativo, a sentença decidiu causa de pedir diversa da apresentada pela impetrante ao analisar o direito ao recebimento dos proventos integrais.*

6. *O "pedido da ação não é apenas o que foi requerido em um capítulo específico ao final da petição inicial, mas, sim, o que se pretende com a instauração da demanda. A pretensão deve ser extraída da interpretação lógico-sistemática da inicial como um todo" (AgRg no REsp 1.470.591/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 6/11/2014, DJe 17/11/2014.).*

(...)

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1533758/RJ, Rel. **Ministro HUMBERTO MARTINS**, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 10/02/2016 - grifou-se)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. APELAÇÃO. EFEITOS. NULIDADE DA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA. DEVOLUTIVIDADE. PROFUNDIDADE DA EXPRESSÃO. MATÉRIA APRECIÁVEL DE OFÍCIO.

1. *A cognição ex officio das nulidades pela Corte de apelação não viola os arts. 128, 460, 512 e 515, do CPC, porquanto o efeito devolutivo transfere ao Tribunal as matérias resolvidas e as que poderiam sê-lo ex officio.*

2. *Precedentes: RESP n.º 829.634/RS, Rel. Min. Jorge Scartezzini, DJ de 12.06.2006; RESP n.º 60900/BA, Rel. Min. Eduardo Ribeiro, DJ de 08.04.1996; AgRg no AG n.º 56.248/SP, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, Dj de 20.03.1995.*

3. *A profundidade do efeito devolutivo implica a devolução dos fundamentos conducentes ao acolhimento ou à rejeição do pedido, efetivamente utilizáveis ou apreciáveis ex officio, como soi ser a eventual nulidade da inscrição na dívida ativa.*

4. *"Como resulta dos §§ 1º e 2º, é amplíssima, em profundidade, a devolução. Não se cinge às questões efetivamente resolvidas na sentença apelada: abrange também as que nela poderiam tê-lo sido (a devolução de questões anteriores à sentença é matéria do*

art. 516).

Estão aí compreendidas: a) as questões examináveis de ofício, a cujo respeito o órgão a quo não se manifestou - vg, a da nulidade do ato jurídico de que se teria originado o suposto direito do autor, e em geral as quaestiones iuris; b) as questões que, não sendo examináveis de ofício, deixaram de ser apreciadas, a despeito de haverem sido suscitadas e discutidas pelas partes. (...)" (José Carlos Barbosa Moreira in "Comentários ao Código de Processo Civil", Forense, 2003, Rio de Janeiro, p. 444, dissertando acerca do disposto no art. 515, do CPC) (...)

10. Recurso especial desprovido.

(REsp 735.122/RS, Rel. **Ministro LUIZ FUX**, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/10/2006, DJ 20/11/2006, p. 278 - grifou-se)

No tocante à alegada violação ao artigo 333 CPC/73, a recorrente defende que *"estando devidamente comprovado nos autos através da comparação entre as citadas fotografias, que a promitente compradora continuou a edificar no imóvel após ter sido notificada judicialmente, deverá ser excluído o seu direito à retenção e indenização por benfeitorias"*. Por sua vez, o Tribunal de origem, manifestou-se nos seguintes termos:

"No que toca ao mérito, a sentença não deu a mais adequada solução à demanda, uma vez que adotou percentual demasiadamente elevado de perda das quantias pagas pela Ré, discrepante do que a sedimentada jurisprudência reconhece, em atenção à vulnerabilidade do adquirente de imóvel de pequeno porte. De fato, observa-se que o julgado fixou percentual superior até mesmo ao que a Autora referiu em sua réplica, quando mencionou que "...a restituição em favor da Ré não deverá exceder a 30% (..) do montante efetivamente pago".

De outra parte, incomprovado que a construção de benfeitorias tenha se dado após a constituição da Ré em mora, a justificar a exclusão do direito à sua retenção em razão de a situação equiparar-se à da posse de má-fé, não se pode negar tal direito à la Apelante. É nula a cláusula 7 do contrato (fls. 21v.), que também daria suporte a essa pretensão, pois contraria frontalmente o art. 51, XVI, CDC, de forma que o recurso adesivo nesse tópico não pode ser provido.

Com efeito, ainda que se reconheça a legitimidade na retenção de parte das quantias recebidas, mesmo que as partes não tenham pactuado qualquer percentual para o chamado "perdimento" para

fazer face a despesas e custos do negócio, nem cláusula penal. De outra mão, o art. 53 do CDC, aplicável à demanda, tacha de nulas quaisquer cláusulas que imponham a perda da integralidade das prestações pagas, fornecendo assim um ponto de partida para a fixação dessa proporção por equidade, no sentido de reduzir-se o percentual adotado, que é manifestamente excessivo.

É de se ressaltar, contudo, que a retenção ora discutida não alcança o sinal dado pela Ré (fls. 21, formulário, campo "entrada", no valor de R\$900,00), que, dados os termos do art. 418, CC, pode ser inteiramente retido pela Autora." (e-STJ, fl. 179)

Nesse contexto, concluir de forma diametralmente oposta, como pretende o recorrente em suas razões recursais, no sentido de que restou devidamente comprovado nos autos que a recorrida continuou a edificar no imóvel após ter sido notificada judicialmente, razão pela qual deverá ser excluído o seu direito à retenção e indenização por benfeitorias, demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.

A propósito:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. RESCISÃO CONTRATUAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. BENFEITORIAS. COMPENSAÇÃO DE VALORES. PERCENTUAL. VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME CONTRATUAL E FÁTICO-PROBATÓRIO. ENUNCIADOS 5 E 7 DA SÚMULA DO STJ. APRECIÇÃO PELA ALÍNEA "C" DO INCISO III DO ARTIGO 105 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INVIABILIDADE. NÃO PROVIMENTO.

1. Não cabe, em recurso especial, reexaminar conteúdo contratual (Súmula 5/STJ), bem como matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

2. Inviabilizado, em regra, o recurso especial interposto pela alínea "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal que se funda em premissa fático-probatória.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 927.444/SP, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 02/02/2017 - grifou-se)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESCISÃO CONTRATUAL. BENFEITORIAS. LUCROS CESSANTES. PROVA. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Não há falar em falta de prestação jurisdicional na decisão agravada se o recurso especial interposto pelos recorrentes sequer menciona o propósito de ver sanada omissão porventura existente, tampouco indica contrariedade ao artigo 535 do Código de Processo Civil.

2. Rever questão decidida com base nas circunstâncias fático-probatórias da causa esbarra no óbice da Súmula nº 7 deste Tribunal.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 670.340/MS, Rel. **Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/08/2015, DJe 25/08/2015 - grifou-se)

Pela alínea "c" do permissivo constitucional, melhor sorte não socorre ao apelo nobre, uma vez que o ora recorrente não realizou o cotejo analítico entre os vv. acórdãos em comparação, limitando-se a transcrever cópia de ementas. No entanto, a uníssona jurisprudência desta eg. Corte firmou-se no sentido de que a mera transcrição de ementas não é suficiente para a comprovação da divergência jurisprudencial.

Nessa linha de intelecção, destacam-se os seguintes julgados:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMINATÓRIA. PLANO DE SAÚDE. CUSTEIO DO TRATAMENTO DO SEGURADO. RECUSA. NATUREZA ABUSIVA. DANO MORAL. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Para a caracterização da sugerida divergência jurisprudencial, não basta a simples transcrição de ementas. Devem ser mencionadas e expostas as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, sob pena de não serem atendidos, como na hipótese, os requisitos previstos nos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 e 255, § 2º, do RISTJ.

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1118727/SP, Rel. **Ministro RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 29/08/2017, DJe 06/10/2017 - grifou-se)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. ERRO DE CÁLCULO. REVISÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 7/STJ. EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO NÃO ATACADO.

SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO.

(...)

3. A demonstração da divergência não se satisfaz com a simples transcrição de ementas, mas com o confronto entre trechos do acórdão recorrido e das decisões apontadas como divergentes, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

4. Agravo interno não provido."

(AgInt no AREsp 978.980/SP, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 08/08/2017, DJe 15/08/2017 - grifou-se)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 08 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator